

As ideias de Vieira Souto sobre a moeda e o câmbio no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX*

The ideas of Vieira Souto on monetary policy in Brazil during the early 20th century

Daniel do Val Cosentino**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo entender as ideias de Vieira Souto sobre moeda e câmbio no Brasil durante a Primeira República. A historiografia dá pouca atenção às ideias econômicas que embasavam o debate em torno das políticas econômicas no período. Para ele, o papel-moeda não se relacionava às oscilações do câmbio, mas sim a variações no balanço de transações com o exterior. Assim, apresenta uma interpretação da realidade econômica brasileira que permite caracterizá-lo como um precursor do desenvolvimentismo no Brasil.

Palavras-chave: Vieira Souto. Moeda. Câmbio. Desenvolvimentismo. Brasil.

Abstract: The aim of this paper is to understand the ideas of Vieira Souto on currency and exchange in Brazil during the First Republic. Historiography does not discuss the economic thought that influenced the debate about economic policies in the period. For him, the currency was not related to the oscillations of the exchange rate, but to the variations in the transactions with the foreign market. Thus, he presents an interpretation of the Brazilian economic reality that allows him to be characterized as a precursor of developmentalism in Brazil.

Keywords: Vieira Souto. Currency. Exchange rate. Developmentalism. Brazil.

JEL: B31. N00. N01.

* Submissão: 20/04/2021 | Aprovação: 04/08/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v24i3.819

** Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Ouro Preto (PPEA/UFOP) | ORCID: 0000-0002-5891-6594 | E-mail: dcosentino@terra.com.br



Introdução

Este trabalho procura apresentar as ideias de Luís Rafael Vieira Souto a respeito da política monetária e cambial no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. Professor Catedrático de Economia Política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre 1876 e 1914, Vieira Souto deixou uma contribuição importantíssima para a compreensão da realidade econômica brasileira ao participar ativamente de debates em torno das políticas econômicas adotadas pelo governo republicano, bem como por sua atuação como engenheiro em empreendimentos que visavam a transformações estruturais das mais importantes para a construção nacional. Destaca-se ainda sua atuação na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no final do período imperial e no Centro Industrial do Brasil já no início do século XX. Suas contribuições sobre a moeda e o câmbio antecipam algumas das ideias defendidas por pensadores latino-americanos por volta dos de 1950, o que nos permite caracterizá-lo com um precursor do desenvolvimentismo no Brasil.

Sua atuação, seja como docente ou debatendo questões relativas à política econômica, são marcantes pela erudição e pela utilização de um instrumental teórico amplo e bastante atualizado para a época.

Vieira Souto era um industrialista típico, defensor do protecionismo como forma de amparo e desenvolvimento da indústria, que em sua visão não poderia sobreviver, desenvolver, tornar-se vigorosa e aperfeiçoada sem a proteção tarifária e cambial, que garantiriam, assim, o estímulo necessário ao progresso industrial. Assim, defendia o progresso industrial da mesma forma em que criticava a suposta vocação meramente agrária da economia brasileira e sua decorrente incapacidade de desenvolvimento industrial (Bastos, 1952; Hugon, 1994).

A defesa da causa industrialista, bem como sua ação como professor de Economia Política, são elementos que se relacionam e nos ajudam a entender suas ideias. Essas duas dimensões de seu pensamento e atuação se entrelaçam e dão sentido às suas ideias nacionalistas e protecionistas (Cosentino, 2017).

Neste trabalho procuramos enfatizar as ideias de Vieira Souto a respeito da moeda e do câmbio tendo como referência duas de suas obras: O último relatório da *Fazenda*, de 1902, no qual em uma série de artigos publicados no *Correio da Manhã* entre novembro e dezembro de 1901 estabelece um importante debate e uma crítica vigorosa à política econômica do ministro da Fazenda Joaquim Murinho; e *O papel moeda e o câmbio*, publicado depois de sua morte, em 1925, e que corresponde a uma série de artigos de 1914 pu-

blicados no jornal *O Paiz* por conta da discussão na Câmara dos Deputados de um projeto de emissão monetária.

No aspecto monetário, Vieira Souto se opunha à ideia de que a emissão monetária seria responsável pelo fenômeno inflacionário, bem como pela variação do câmbio, tal qual pregava boa parte do pensamento ortodoxo e conservador brasileiro no final do século XIX e início do XX. Temia, tanto quanto a inflação, a insuficiência de meio circulante, e assim considerava a questão e a circulação monetária a partir das suas especificidades no Brasil. Em seus textos, procura ilustrar seus argumentos a partir de inúmeros exemplos históricos e peculiaridades da construção do sistema monetário em diversas nações.

1. Vieira Souto na historiografia e suas influências teóricas

A historiografia se refere a Vieira Souto de diversas formas, mas sem explorar especificamente suas ideias econômicas. Ao analisar o ensino de Economia Política no Brasil desde o século XIX, Hugon (1994), em trabalho de 1954, argumenta que Vieira Souto propunha uma política comercial protecionista que ia além dos limites dos clássicos contrários à intervenção do Estado na economia. No campo monetário, Santiago Fernandes (1967, p. 170) aponta a originalidade de suas ideias vinculadas à sua crítica ao que chama de “fetichismo da moeda conversível, comprovando igualmente que não eram as emissões de papel moeda que necessariamente influenciavam a taxa cambial”. Pelaez (1971b) afirma que Vieira Souto foi um dos pioneiros da ciência econômica no Brasil, expondo “conhecimentos muito extraordinários para a época”. Da mesma forma, Luz (1975, 1980) ressalta o seu vasto conhecimento da teoria econômica e sua postura crítica em relação à política de Joaquim Murinho,¹ que pregava redução da oferta monetária como forma de combate à crise econômica do final do século XIX. Já Carone (1977) o caracteriza como um dos teóricos mais lúcidos entre os defensores da indústria.

Trabalhos mais contemporâneos, como de Amaury Gremaud (1997),

¹ Joaquim Murinho foi ministro da Fazenda do Governo Campos Sales (1898-1902) e responsável pela condução do *Funding Loan*, programa ortodoxo de redução da oferta monetária e controle dos gastos governamentais atrelados a empréstimos internacionais, cujo objetivo era solucionar a crise econômica do final do século XIX. Para Franco e Lago (2012, p. 192), Vieira Souto foi “o grande crítico de Murinho”, tendo oferecido ao ministro e seu programa “notáveis contestações”. Sobre a atuação e pensamento de Murinho, ver Cosentino (2021).

destacam a importância de suas obras, seu debate com Joaquim Murinho sobre a política econômica e sua visão industrialista, chamando a atenção para o fato de que tal postura era também uma posição de interesse próprio, uma vez que possuía uma fábrica de fósforos. Já Maria Leticia Corrêa (2010) argumenta que sua atuação e suas ideias estão intimamente relacionadas às transformações e ao início do processo de modernização urbana e industrial no Brasil no final do século XIX e início do XX, tendo assim um forte conteúdo prático, diretamente relacionado às necessidades do país.

As influências teóricas de Vieira Souto eram variadas. List, Carey e Von Storch são teóricos importantes em suas ideias protecionistas e industrialistas. Já no campo do ensino de Economia Política podemos mencionar François Quesnay, Adam Smith, Sismonde de Sismondi, Jean-Baptiste Say, Henrich Storch, Henry Carey e Henry MacLeod. Portanto, podemos notar autores clássicos associados a pensadores defensores da participação do Estado no processo de transformação da Economia e que, sobretudo, distanciam-se das teorias mais tradicionais associadas ao livre comércio e à teoria quantitativa da moeda. Esse convívio de princípios clássicos com conceitos que embasavam um discurso protecionista e industrializante parece permear todo o seu pensamento (Hugon, 1994; Corrêa, 2010; Boianovsky, 2013).

Além disso, Vieira Souto chama atenção para a necessidade de adaptação das ideias elaboradas a partir de outros contextos e a construção de um pensamento e de uma ação com característica nacional ao argumentar que a Economia Política não poderia ser aplicada de maneira uniforme em todas as nações. O que ilustra sua perspectiva de que as condições e a realidade econômica de cada país seriam diferentes e exigiriam medidas e políticas econômicas diferentes, e que, portanto, a teoria econômica deveria ser adaptada à realidade de cada nação antes de embasar políticas e medidas econômicas práticas. Em *Economia Política* (1916), livro-texto baseado nas notas de seus cursos na Escola Politécnica, afirma:

[...] releva notar que quando se trata da aplicação da Economia Política, não há preceitos absolutos. Frequentemente se encontra em nosso país quem acredite que medidas de ordem econômica adotadas, por exemplo, na Inglaterra ou na Alemanha, devem ser postas em prática no Brasil, e produzir os mesmos resultados, aí ou em outros países que se acham em condições muito diferentes daquele. É um erro. Com efeito, a teoria, para generalizar, parte de hipóteses ou baseia-se em condições que muitas vezes não se verificam na prática. Assim, ela abstrai as diferenças de nacionalidade,

de legislação e de costumes; pressupõe sempre o estado de paz; não cogita de influências perturbadoras, relativas a tempo e espaço, e, baseadas nestas hipóteses domina por exemplo que uma vez roto o equilíbrio que deve existir normalmente entre a oferta e a procura, seja de mercadorias, seja de braços e capitais, ou entre a produção e o consumo, esse equilíbrio não tarda a estabelecer-se. Ora, na prática, isso nem sempre se verifica. As leis e os costumes variam, de um para o outro país; as nações agitam-se muitas vezes em guerras prolongadas ruinosas, perturbadoras de todas as relações normais de interesse e de justiça; os homens, as mercadorias, os capitais não têm uma completa liberdade de ação ou de movimento; mil obstáculos, enfim, retardam o restabelecimento do equilíbrio econômico que a hipótese científica deu como imediato e espontâneo, e desta forma embaraçam por muito tempo a realização dos princípios que a Economia Política estabelece abstratamente. (Vieira Souto, 1916, p. 16-17)

Talvez por isso reconheça na História Econômica um aspecto fundamental. Assim, em seus escritos se utiliza a todo o momento de exemplos históricos não só do Brasil como de outras nações.

Com a História tem a Economia Política estreitas relações, como é intuitivo, pois basta lembrar que para as ciências sociais a História é um patrimônio comum ao qual cada uma delas vai pedir a confirmação de muitas de suas teorias. No curso de tantos séculos vividos pelos povos, muitas doutrinas ou muitas práticas econômicas foram adotadas, e só interrogando a História se pode conhecer os efeitos produzidos por uma ou outras. Reciprocamente a História deve recorrer à Economia Política para explicar certos fenômenos econômicos que são, às vezes, os mais importantes da vida de um povo. (Vieira Souto, 1916, p. 27)

Estudando o pensamento econômico alemão no Brasil entre 1889 e 1945, Curi (2018, p. 232) argumenta que o livro *Economia Política*, de 1916, não teve inspiração alemã, mas “afinidade com a postura historicista diante do método em economia”.

Há um grande esforço por parte do autor em conciliar princípios clássicos com elementos históricos e conjunturais específicos das nações na compreensão dos temas econômicos. Em *O papel moeda e o câmbio*, afirma: “Depois dos argumentos teóricos, os práticos; depois da doutrina, os fatos” (Vieira Souto, 1925, p. 32). Ou seja, para ele há que se compreender a teoria a partir dos contextos históricos e conjunturas. No debate com Joaquim Murinho, sustenta que

[...] não é com fórmulas e idealismos que se governa a fortuna pública e conduz a nação à prosperidade. [...] A Economia Política estabelece os princípios teóricos, a história econômica fornece os preceitos práticos e os preciosos exemplos de providências que em conjunturas análogas foram tomadas com êxito por outros países. (Vieira Souto, 1980 [1902], p. 477 e 512)

Na questão especificamente monetária, as influências de Vieira Souto são ainda mais variadas. Para ele, as ideias de autores como Hume, Smith e Say ilustravam um estágio inicial ou “de infância” da Economia Política como uma ciência. Assim, no campo monetário e do crédito, era preciso compreender as transformações da economia e da realidade, de forma que as opiniões de tais autores sobre o assunto não eram mais aceitas ou não mais refletiam a realidade.

Por não ser ciência puramente racional a economia política, – nem qualquer outra das ciências sociais – a elucidação dos fenômenos econômicos pelo processo de abstração que predominou na fase de sua formação como corpo de doutrinas, deu em resultado o estabelecimento de postulados e dogmas, que ficaram completamente desmoralizados, tão depressa o processo de observação científica pôs em evidência a sua inanidade. E foi isso o que se verificou em relação às teorias exclusivas, outrora correntes, sobre o papel moeda e sua influência sobre o curso do câmbio. As ideias predominantes se foram, porém, modificando e corrigindo, à medida que um maior número de nações foi necessitando de lançar mão dessa espécie de moeda fiduciária, o que permitiu aos respectivos economistas recolherem maior número de elementos instrutivos e maior cópia de fatos que deviam ser observados e comentados. (Vieira Souto, 1925, p. 189)

Assim, o autor procura destacar trabalhos e debates clássicos, como, por exemplo, o debate monetário na Inglaterra, em que se envolveram David Ricardo, Roberto Peel e Took. Além destes, ao tratar da questão monetária Vieira Souto cita bastante o escocês Henry MacLeod, figura de pouca expressão na Europa, mas que teve grande importância no ensino de Economia Política no Brasil durante o século XIX, como apontam Hugon (1994) e Gremaud (1997), por embasar ideias que defendiam o intervencionismo do Estado na economia. Corrêa (2015), entretanto, argumenta que é preciso ponderar o que se está chamando de intervencionismo, sendo que MacLeod geralmente foi associado a um intervencionismo moderado; por exemplo, através de acadêmicos como Almeida Nogueira, na Faculdade de Direito de

São Paulo, e Aprígio Guimarães, em Recife, em contraposição às ideias industrialista e protecionistas de Vieira Souto.²

Ainda no campo das influências, Luz (1980) destaca sua sólida argumentação e conhecimento do que havia de mais atualizado em matéria de teoria econômica, destacando particularmente a escola italiana. Ademais, é possível notar em seus escritos a presença de autores fora da matriz britânica do pensamento econômico. Parece claro que a predileção de Vieira Souto por alguns deles deriva, de um lado, por conta dos exemplos históricos de variadas nações que tais pensadores permitem utilizar; e por outro porque, a partir desses pensadores, consegue construir argumentos críticos às leituras e práticas mais tradicionais da Economia Política, tanto no campo da política monetária e industrial quando na política fiscal, tributária e comercial. Ou seja, a partir de uma enorme erudição e conhecimento de trabalhos de autores das mais variadas nacionalidades, Vieira Souto consegue construir argumentos que levam em conta não só a teoria clássica, mas também o que ele mesmo caracteriza como evoluções das ideias econômicas que levem em conta aspectos históricos e nacionais.

Nas críticas que faz a gestão de Joaquim Murinho à frente do Ministério da Fazenda, Vieira Souto assimilou e utilizou-se dos argumentos monetários do alemão Adolph Wagner na obra *Papel moeda na Rússia*, de 1868, como aponta Curi (2018). Na obra, Wagner procura compreender as ideias monetárias aplicadas ao caso russo, valendo-se de argumentos não alinhados à teoria quantitativa da moeda; aponta para a compreensão do câmbio não mirando apenas a quantidade de papel-moeda em circulação, mas também a demanda por transações em metal. Para Curi (2018), essa abordagem tinha grande apego no debate brasileiro, uma vez que se adequava a discursos econômicos que defendiam uma maior flexibilidade de política monetária diante da dificuldade das economias periféricas de seguir o padrão-ouro, que exigia políticas restritivas de alto custo recessivo.

Notamos, portanto, que as influências teóricas de Vieira Souto eram bastante ecléticas, assim como seus textos eruditos, marcados pelas citações de uma grande diversidade de autores. Isso certamente explica como algumas

² Corrêa (2015) aponta que as ideias de MacLeod são ambíguas em muitos casos, mas que têm seu centro na refutação da escola clássica a partir da negação da teoria do valor e da defesa do método indutivo em contraposição ao dedutivo dos clássicos, além de ressaltar a sua contribuição ao debate monetário britânico. O autor sugere que suas ideias se propagaram no Brasil sobretudo por conta do debate monetário entre papelistas e metalista ocorrido no país em meados do século XIX e que espelhou de muitas formas o debate britânico entre *banking school* e *currency school*.

contribuições do autor são valorizadas pela historiografia como lúcidas, pioneiras e originais.

2. Vieira Souto como um precursor do desenvolvimentismo e o pensamento econômico brasileiro

Neste texto pretendemos apresentar suas ideias no que diz respeito à política monetária e cambial, enfatizando a discussão corrente no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX sobre a conversibilidade da moeda, a escassez de meio circulante e os seus efeitos na variação cambial. Além disso, procuramos argumentar que suas ideias monetárias nos permitem apontá-lo como um precursor do desenvolvimentismo no Brasil.

Fonseca (2004) argumenta que o desenvolvimentismo tem suas raízes anteriores a 1930, ao contrário do que geralmente sustenta a historiografia, e aponta como precursores do desenvolvimentismo no Brasil nacionalistas, defensores da indústria, papelistas e positivistas. Salomão (2013), por exemplo, aponta em Serzedelo Corrêa, Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa precursores do desenvolvimentismo a partir de suas abordagens nacionalista, positivista e papelista, respectivamente. Já Paula (2004) aponta no programa econômico do então governador mineiro João Pinheiro, entre o final do século XIX e o início do século XX, elementos do desenvolvimentismo brasileiro após 1930, a partir da consciência da necessidade de mudança da política econômica nacional e da participação do Estado na defesa da indústria e como sujeito do desenvolvimento nacional.

Assim, acredita-se que o desenvolvimentismo foi o resultado de um processo histórico entre o final do século XIX e início do século XX, como reflexo de mudanças estruturais e sociais no Brasil. Salomão resume bem a questão:

De forma sumarizada, admite-se que o desenvolvimentismo resultou de um processo de amadurecimento construído ao longo do tempo, alimentado por críticos e defensores de suas teses e experiências, e não de uma simples oportunidade histórica resultante da Grande Depressão da década de 1930. (Salomão, 2017, p. 438)

É possível identificar Vieira Souto como um industrialista típico. Sua atuação na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no final do período

imperial e, sobretudo, no Centro Industrial do Brasil já no início do século XX indicam sua posição crítica à suposta vocação agrária da economia brasileira e à defesa do progresso industrial e do protecionismo como forma de atingi-lo. Em 1904, Vieira Souto redige a apresentação do primeiro número do *Boletim do Centro Industrial do Brasil*. O texto é uma espécie de manifesto em defesa do ideal industrialista, estabelecendo bases conceituais e teóricas para o movimento.³ Além disso, a partir da análise de suas ideias monetárias e cambiais, é possível associá-lo às ideias pepelistas.

O debate entre papelistas e metalistas refere-se diretamente ao debate, realizado principalmente no parlamento brasileiro, em torno da política monetária durante o Segundo Reinado. Como apontam Gremaud (1997) e Saes (1986), o debate monetário inglês⁴ era uma referência para o debate brasileiro. Contudo, apesar de manter suas características básicas, levava-se em conta as peculiaridades e particularidades da economia brasileira.

Resumidamente, os metalistas defendiam a moeda com padrão metálico, enquanto os papelistas, uma moeda que guardasse uma relação mais fraca com tal padrão, portanto, uma moeda fiduciária (Gremaud, 1997, p. 85). Assim, a peleja entre metalistas e papelistas ocupou um lugar importante no debate econômico no Brasil durante o século XIX.⁵

A partir de uma abordagem focada na discussão sobre o Encilhamento, outros trabalhos⁶ também exploram o embate entre metalistas e papelistas, de forma a dar suporte à análise da crise especulativa que marcou o início da Primeira República no final do século XIX. Tais trabalhos costumam evidenciar a atuação do papalista Rui Barbosa como ministro da Fazenda, ao praticar o pluriemissionismo e o incentivo consequente ao crédito, que gerou um ambiente de intensa especulação no mercado de capitais e deu origem ao colapso financeiro amplamente conhecido. Ainda, apesar da crise, Maria Bárbara Levy (1980) ressalta a importância do período no fomento ainda que embrionário de diversas indústrias no país; além disso, tal episódio sempre é descrito e analisado em conjunto com a atuação posterior do metalista Joaquim Murinho como ministro da Fazenda na renegociação das dívidas do governo e no programa de estabilização conhecido como *Funding Loan*, durante o governo de Campos Sales. Seria perfeitamente possível incluir nessa

³ Ver Vieira Souto ([1904] 1977) e especificamente sobre este texto, Cosentino (2017).

⁴ Sobre o debate monetário inglês, ver Mollo (1994).

⁵ Para mais sobre este debate, ver Gambi (2015) e Sáez (2013).

⁶ Destacamos o texto clássico de Maria Bárbara Levy (1980).

análise as ideias de Vieira Souto, que, ao criticar os relatórios de Murтинho em 1902, insere-se no debate fazendo um contraponto às ideias metalistas do então ministro.

Tendo em mente o debate durante o período republicano, Pedro Fonseca (2008) refere-se à querela como precursora do debate acerca do desenvolvimento econômico no Brasil. Para o autor, os papelistas, de pensamento mais prático que teórico, com a finalidade e os olhos voltados para a expansão da economia e dos negócios, seriam um dos precursores do desenvolvimentismo no país, como já apontamos anteriormente.⁷

Nesse sentido, é possível caracterizar Vieira Souto a partir desse debate. Contudo, apontá-lo como industrialista e papalista não nos parece suficiente para descrevê-lo como um precursor do desenvolvimentismo no país. Tais classificações são generalizadoras e nem sempre dão a real dimensão das ideias defendidas por determinados personagens. O que pretendemos demonstrar neste trabalho é que Vieira Souto pode ser caracterizado como um precursor do desenvolvimentismo no Brasil por conta de suas ideias sobre a moeda e o câmbio, sobretudo por perceber a existência de uma relação entre o câmbio e o balanço de transações com o exterior, e assim, de forma pioneira, antecipar contribuições de meados do século XX. Tais ideias podem ser percebidas em seu debate com Joaquim Murтинho, no qual questionou a relação direta imposta pelo então ministro da Fazenda entre o câmbio e o papel-moeda para justificar medidas contracionistas visando à valorização cambial. Da mesma forma, quando questiona o parecer do deputado Antônio Carlos em *O papel moeda e o câmbio*.

Entretanto, é preciso alertar, como bem nos lembra Ivan Salomão, que:

Não se poderia esperar que o desenvolvimentismo emergisse plenamente configurado em suas principais determinações já em seu nascedouro, como se fosse um fato anistórico. Faz-se oportuno assinalar, em decorrência, que tanto as ideias quanto as diferentes experiências regionais ou mesmo nacionais não abarcavam, ainda, todas as determinações constitutivas do fenômeno, as quais só iriam configurar-se plenamente no século XX. (Salomão, 2017, p. 438)

Assim, precisamos compreender as ideias de Vieira Souto à luz do seu tempo e das limitações impostas pelo contexto histórico.

⁷ Ver também Fonseca e Mollo (2012).

É preciso destacar que a historiografia econômica, de uma forma geral, dá pouca atenção ao pensamento econômico que embasava o debate em torno das políticas econômicas adotadas durante a Primeira República. Assim, acaba por desconsiderar o contexto em que elas eram elaboradas, o que prejudica a análise, a interpretação e a tentativa de reconstrução histórica. Parece-nos claro que o debate a respeito dos rumos da orientação da política econômica pode nos revelar e nos ajudar a compreender as transformações sociais, urbanas, estruturais e econômicas que a economia brasileira começou a experimentar desde o final do século XIX.

Acreditamos que as ideias e a atuação de Vieira Souto refletem bem esses aspectos. Como pequeno industrial, membro do Centro Industrial do Brasil e catedrático de Economia Política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, suas ideias parecem refletir os interesses de um país não cafeeiro e urbano cujos interesses e participação política se ampliam entre o final do século XIX e início do XX.

Aliás essa questão da pouca atenção que se dá ao pensamento econômico brasileiro anterior ao que comumente se caracterizou como período desenvolvimentista é algo comum na historiografia. Amaury Gremaud (1997) argumenta que, de certa forma, vários economistas consideram que um dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico tardio brasileiro, ou seu subdesenvolvimento, estaria relacionado à ausência de um pensamento econômico concreto, que refletisse sobre a realidade brasileira durante o século XIX e o início do século XX. Assim, para autores como Furtado e Peláez, as concepções econômicas no Brasil durante o período Imperial e a Primeira República estariam muito presas ao pensamento econômico produzido em economias desenvolvidas.

No clássico *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado afirma, por exemplo, que:

Ao historiador, das ideias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconversibilidade, os déficits, as emissões de papel-moeda. Essa “anormalidade” secular não chega, entretanto, a constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esforço sério para compreender tal anormalidade, que em última instância era a realidade dentro da qual se vivia. Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme

esforço de mimetismo – que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina sem fundamento na observação da realidade – se estenderá pelos três primeiros decênios do século XX. (Furtado, 2009, p. 163-164)

Desse modo, para Celso Furtado, “o político brasileiro, com formação de economista” se encontrava preso às teorias econômicas europeias e procurava submeter à economia brasileira as regras monetárias derivadas de tais teorias sem qualquer preocupação com a especificidade da realidade nacional. Isso, em sua visão, fazia com que a questão não se tornasse objeto de estudo para a história do pensamento econômico brasileiro. Questão semelhante fica clara quando Furtado confronta o desenvolvimento brasileiro com o dos Estados Unidos e aponta José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, como mero reprodutor das ideias de Adam Smith e das doutrinas liberais.

Partindo de outra perspectiva, Pelaez (1971a) acredita que a incapacidade do país de superar os seus problemas econômicos no período anterior à Segunda Guerra teria sido resultado da falta de economistas preparados para lidar com a questão. Para o autor, tal problema remete à adoção de políticas econômicas baseadas nas doutrinas da escola da ortodoxia monetária, adotadas por políticos, advogados e comerciantes com pouco conhecimento da teoria econômica.

Portanto, para Pelaez, a política econômica carecia de originalidade e não foi capaz de transformar a realidade brasileira. Isso seria resultado da ausência de instituições formadoras de economistas com saber técnico bem definido, especificamente preparados para a realidade com as especificidades e os problemas decorrentes da economia brasileira.

Com enfoque mais direcionado ao debate e à elaboração da política econômica brasileira no período Imperial e na Primeira República, Amaury Gremaud argumenta:

Mesmo partindo de matrizes teóricas europeias, existe alguma originalidade no pensamento econômico brasileiro, se não no sentido de formular novos avanços teóricos, pelo menos em termos de reflexões sobre a nossa realidade e da adequação destas teorias a ela. Além do que, esta realidade era ponto importante na escolha feita pelos analistas nacionais dentro do leque de possibilidades teóricas apresentado pela Economia Política dos países centrais. Mesmo porque as pessoas envolvidas reconheciam os efeitos distributivos envolvidos na adoção das medidas preconizadas pelas diferentes teorias. É justamente a partir destes efeitos que

se delineiam as alianças entre os diferentes grupos no que concerne à determinação da política econômica ao longo deste período. Novamente, pode-se até não concordar com as análises ou as adaptações das teorias à realidade nacional feitas quando da determinação da política econômica, porém não foi a falta delas que marcou política econômica no Segundo Reinado e da Primeira República. (Gremaud, 1997, p. 3-4)

Evidentemente, é preciso entender os objetivos de Furtado e Pelaez em seus trabalhos. Enquanto para o primeiro a preocupação central seria entender quais as condições objetivas para a industrialização e para a superação do subdesenvolvimento, o segundo procura entender o impacto da política monetária sobre a economia brasileira. Contudo, tanto um quanto o outro ilustram como as discussões sobre pensamento econômico brasileiro sempre tiveram um enfoque nas questões relativas ao desenvolvimento e à industrialização e, por consequência, no século XX e no período desenvolvimentista.⁸ Ressalte-se, entretanto, que o próprio Pelaez (1971b) reconhece a originalidade dos trabalhos de Vieira Souto.

No que diz respeito a este trabalho especificamente, acreditamos que as ideias de Vieira Souto reforçam algumas questões já colocadas por alguns trabalhos publicados nos últimos anos, no sentido de apontar para as origens do desenvolvimentismo no Brasil, bem como refletir a preocupação de uma esfera da sociedade brasileira que, ainda não dominante no jogo político, tinha voz e acabava por sintetizar algumas transformações econômicas, urbanas, sociais e industriais pelas quais o país passava desde o final do século XIX. Não podemos ignorar o fato de que Vieira Souto foi titular da cadeira de Economia Política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre 1880 e 1914, tendo como referência um ensino voltado aos clássicos da economia, mas dando grande atenção às especificidades e dilemas nacionais. E como bem mostram Hugon (1994) e Gremaud (1997), o ensino de Economia Política, sobretudo nas faculdades de Direito e Engenharia, apesar de seguir a orientação e os autores clássicos, nunca deixou de expor certa pluralidade, adotando autores fora da matriz convencional do pensamento econômico e apresentado sempre um poder de apropriação e adaptação da teoria econômica tradicional à realidade brasileira. Além disso, é bom ressaltar que tais faculdades formavam boa parte da elite intelectual responsável pela formulação da política econômica durante o Império e a Primeira República (Gremaud, 1997).

⁸ O grande exemplo é o trabalho clássico de Ricardo Bielschowsky (2004).

Além disso, Vieira Souto foi um debatedor frequente nos jornais da época, sendo que boa parte dos seus escritos foram extraídos de artigos neles publicados. É nítida a sua pretensão de argumentar com a autoridade de quem era catedrático no assunto. Parece-nos claro que Vieira Souto tinha uma interpretação econômica consciente da realidade brasileira. Boa parte de suas posições no que diz respeito à moeda e ao câmbio poderiam perfeitamente dialogar com as discussões econômicas de meados do século XX. É evidente que devemos compreender suas ideias à luz da realidade em que viveu e a partir do sentido próprio que elas tinham em sua época. Entretanto, parece evidente que sua leitura da realidade e dos problemas estruturais do país podem se aproximar da leitura feita a partir da década de 1950 e do debate em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Não se quer com isso afirmar que Vieira Souto pensava a questão do desenvolvimentismo, visto que esse conceito ou ideologia, para usar o termo de Bielschowsky, não tinha suas bases objetivas construídas no início do século XX. Isso, por outro lado, não nos impede de afirmar que sua explicação sobre a realidade brasileira antecipa alguns dos argumentos desenvolvimentistas.

3. Vieira Souto, a moeda e o câmbio durante a Primeira República

Em 1904, o Centro Industrial do Brasil, órgão “herdeiro” da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, publica seu primeiro boletim, cuja apresentação foi redigida por Vieira Souto. Nesse texto, o autor apresenta uma síntese de seu pensamento industrialista e de defesa das políticas protecionistas. Contudo, chama atenção também sua capacidade de compreensão da realidade brasileira no início do século XX.⁹

Escrevendo sobre a questão industrialista, Vieira Souto relaciona a defesa pela especialização produtiva em poucos gêneros agrícolas exportáveis, cujas condições naturais fossem favoráveis, e a necessidade de importação de quase tudo para consumo interno à tendência de se ter indefinidamente um câmbio desfavorável. Assim, “a depressão da taxa cambial eleva muito mais o preço das mercadorias e agrava muito mais a subsistência dos pobres consumidores do que poderia fazê-lo a alta dos direitos aduaneiros” (Vieira Souto, 1977, p. 55). Tal passagem e argumento se mostram reveladores de uma visão absolutamente lúcida e que em muito antecipa alguns argumentos desenvol-

⁹ Para uma análise mais detalhada desse texto de Vieira Souto, ver Cosentino (2017).

vidos por economistas brasileiros e latino-americanos em meados do século XX ao criticar o padrão-ouro e as teorias do comércio internacional.

O mesmo poderia ser observado a partir de suas ideias monetárias e cambiais. Em síntese, Vieira Souto sustenta a proposição de que o papel-moeda não se relacionava às oscilações do câmbio, mas sim a variações no balanço de transações com o exterior. Suas ideias sobre a moeda e o câmbio ficam mais claras quando analisamos *O último relatório da Fazenda*, de 1902, e *O papel moeda e o câmbio*, elaborado em 1914.

Em *O último relatório da Fazenda*, uma coletânea de artigos publicados no ano anterior no *Correio da Manhã*, Vieira Souto comenta de forma crítica o relatório ministerial de Joaquim Murinho à frente do Ministério da Fazenda e sua política econômica. O pano de fundo da obra é, portanto, o período marcado pelas consequências do episódio do Encilhamento na última década do século XX e do ajuste desenhado com *funding loan* no início do século XX. Basicamente, sua crítica gira em torno da política restritiva adotada pelo ministro e a ideia que a embasava: a relação entre as variações cambiais e a emissão monetária e defesa de uma moeda valorizada como condição para o progresso nacional. Assim, a crítica concentrava-se na questão monetária e financeira, mas também chamava atenção para a ausência de referências à indústria no relatório ministerial e à importância do protecionismo e o abandono do livre câmbio como condição para o crescimento industrial e o progresso. Importante notar também a censura de Vieira Souto à teoria de produção espontânea, de Spencer, com influência do evolucionismo e da teoria da seleção natural de Darwin, seguida pelo ministro Murinho a partir de sua defesa do livre comércio e da indústria natural.

Os argumentos de Vieira Souto são bastante incisivos e ele procurava fundamentá-los a partir de diversas citações e menções a autores estrangeiros. Dessa estratégia podemos deduzir duas questões. Primeiro, sua grande erudição ao citar um grande número de obras e autores estrangeiros, ilustrando a todo momento seu argumento com exemplos históricos. Segundo, a estratégia retórica de se utilizar de argumentos de autoridade baseados em opiniões e obras de referência internacionais. Sabemos que Murinho foi duramente criticado em seu tempo por não ter uma formação e supostamente ter pouco conhecimento da literatura econômica. Assim, Vieira Souto parece se valer de sua posição de catedrático de Economia Política, de certa forma desqualificando e diminuindo o ministro diante da exposição do seu conhecimento.¹⁰

¹⁰ Para citar apenas alguns exemplos, nesse trecho Vieira Souto argumenta que Murinho “não concorda

Para além dessas questões retóricas, cabe ressaltar o vasto número de autores e obras citados por ele em seu texto. Seus argumentos são apresentados e em seguida referendados a partir do uso de autores e ilustrados por exemplos históricos de outras nações, sobretudo a respeito da formação e da organização de seus sistemas monetários. É eloquente a presença de referências de fora da matriz britânica do pensamento econômico, sobretudo italianos. São longos e muitos os trechos transcritos, em uma estratégia bastante comum à época.

Inicialmente, Vieira Souto apresenta o essencial do relatório de Murтинho, que argumentava que as políticas financeiras no Brasil durante o Império e o início da República se utilizavam de emissão monetária e de empréstimos para combater os déficits orçamentários. Assim, na visão do ministro, de um lado comprometiam o orçamento com juros e amortizações e de outro as emissões monetárias desvalorizavam a moeda e assim comprometiam a receita.

Antes de entrar especificamente na questão monetária, Vieira Souto defende que o crédito público se constituía em um importante instrumento dos governos, sobretudo “a partir da necessidade de aumentar a força e o poder produtivo do país” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 351), e que ele foi utilizado de forma fecunda para diversos melhoramentos materiais, ao contrário do que o ministro argumentava. E conclui: “Para a nação, como para o homem, a economia não consiste em poupar, guardar, mas em gastar bem. O indivíduo que durante anos guarda certa quantia, não capitaliza, não prospera; o que toma empréstimos e aplica conveniente a fins produtivos, multiplica-a e enriquece” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 354).

Além disso, ele questiona a política de Murтинho, que, para resolver a questão orçamentária, elevou impostos, obtendo saldos financeiros positivos, e reduziu a circulação monetária na proporção desse saldo, “desfalcando a circulação do numerário indispensável às transações e atrofiando o comércio e a indústria”, o que teria gerado “uma crise bancária que aniquilou os institutos de crédito nacionais”, além de “abandonar a sorte da lavoura à seleção natural”.

com os princípios estabelecidos pelos modernos economistas e financistas que, de conformidade com esses princípios estão seguindo os governos de todos os países” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 351). Em outro momento, afirma que “S. Exa. não leu o que escrevemos, nem quer se dar-se ao trabalho de estudar nos tratados de Economia Política as noções elementares da teoria dos câmbios. Em qualquer das hipóteses, o Dr. Murтинho não escapa ao dilema: ou não diz o que sabe, ou não sabe o que diz” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 416). Por fim, o caracteriza como “um homem inteligente e instruído, que havia conquistado bom nome como médico, mas que preferiu trocar essa posição pela de desastrado cirurgião do organismo econômico do país” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 484).

(Vieira Souto, [1902] 1980, p. 355). Além disso, condena a elevação de impostos, que, quando excessivos, “ultrapassa as forças dos contribuintes, sacrificando o desenvolvimento econômico do país. É justamente para evitar este mal que todas as nações europeias estão realizando as grandes obras públicas e preparativos militares por meio de empréstimos” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 389).

Em seguida, Vieira Souto condena a solução proposta pelo ministro de redução do papel-moeda em circulação para resolver a desvalorização da moeda, por meio da redução do fator de conversão da moeda e da baixa dos preços. Assim, condena o que caracteriza como um duplo erro do ministro, que sustentava que “a queima do papel-moeda necessariamente eleva o câmbio e que a elevação do câmbio significa enriquecimento” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 452). Para ele, Murinho ignora que tal solução não é uma unanimidade, tendo quem a condenasse, e que ela seria danosa à nação, uma vez que significava “aplicar um remédio infinitamente mais ruinoso do que o próprio mal”. (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 360). Para tanto, ele apresenta argumentos de uma série de estadistas e políticos brasileiros desde o período imperial que têm diferentes visões sobre a questão monetária, entre eles Sousa Franco, Torres Homem e Itaboraí. Sua intenção é mostrar que a solução proposta pelo ministro não era algo incontestável. Além disso, questiona o argumento de que a redução da circulação de moeda era uma exigência dos compromissos assumidos a partir dos empréstimos adquiridos no exterior de modo a restaurar o equilíbrio financeiro nacional, o *funding loan*. Para ele essas exigências não seriam a única opção colocada pelos credores ingleses, que apenas seguiram as sugestões dos políticos brasileiros. Ou seja, poderiam ser questionadas por Murinho e pelo governo que tinham ampla maioria no Congresso. Para Vieira Souto, os credores exigiam apenas que os saldos financeiros gerados pela carência de pagamento de juros e amortizações durante três anos fossem utilizados de forma produtiva para aumentar os recursos nacionais. A política de redução do papel-moeda teria para ele “funestos efeitos na economia nacional” e poderiam “irromper no País uma crise comercial, pela escassez crescente de numerário e contração progressiva da circulação” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 370), o que não interessaria evidentemente aos credores.

A discussão gira em torno do padrão ouro e das complicações decorrentes do câmbio do papel-moeda. Vieira Souto argumenta que Murinho, ao impor a redução de circulação monetária, prejudicava as atividades produtivas e iria contra os preceitos da economia política.

Subtraindo à circulação as cédulas de papel-moeda, que são títulos da dívida, S. Exa. Enriquece o Tesouro, que é o devedor, mas empobrece a credora, isto é, a circulação, representada pela lavoura, indústria e comércio, que não podem prescindir desse único instrumento de troca que possuímos, desse indispensável elemento da nossa atividade produtiva. Mais do que qualquer outra pessoa, um Ministro da Fazenda carece tratar os assuntos econômicos e financeiros, estudando-os em suas manifestações práticas, reais, e fugindo às abstrações. O papel-moeda é, ou não, um valor? Este valor é, ou não, o único e indispensável instrumento de troca de que usamos e que possuímos no País?

O Dr. Murтинho, como alega o relatório, não queimou milhões esterlinos, porém queimou mais de cem mil contos, equivalentes a alguns milhões de libras esterlinas, francos ou marcos. O que, entretanto, interessa conhecer não é esta equivalência e as perturbações que a queima veio a ocasionar no movimento econômico nacional. É preceito da economia política que a base de todos os contratos e negócios fica profundamente alterada, quando se aumenta ou diminui arbitrariamente a quantidade de moeda em circulação. (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 374-375)

Vieira Souto acreditava que o meio circulante, seja metálico ou papel-moeda, só poderia ser alterado quando sua quantidade estivesse em excesso ou escassez para dar suporte às transações econômicas na nação. Assim, critica a justificativa de Murтинho de que o papel-moeda não tinha valor intrínseco e que poderia ser retirado de circulação sem prejuízo à riqueza nacional. (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 376).

E continua suas observações críticas ao ministro ao questionar o benefício da ideia de que a redução do papel-moeda em circulação valorizava o meio circulante. Para ele, a valorização do meio circulante decorrente da destruição não seria compensada dado o prejuízo à produção, à circulação e aos negócios que tal redução provocava. Seria, em sua visão, o mesmo que destruir o que possuímos com o objetivo de valorizar aquilo que restou. Para Vieira Souto, Murтинho não considerava que a circulação monetária deveria responder às necessidades e volumes dos negócios. Ou seja, a quantidade de papel-moeda em circulação só seria prejudicial à economia quando excedesse ou não atendesse às necessidades das transações. A suposta valorização da moeda em decorrência da redução do meio circulante acabava neutralizada pelo prejuízo que acarretava aos negócios. Assim, “a simples retirada de parte do meio circulante, ao passo que produz gravíssimos prejuízos na vida econômica do país, não basta para assegurar a valorização do papel ou o

melhoramento do seu câmbio com a moeda metálica” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 384).

Sobre a paridade da moeda, ou taxa do câmbio, Vieira Souto argumentava que sua oscilação não estava diretamente relacionada ou teria como causa fundamental a circulação de papel-moeda. Para ele, a oscilação do fator de conversão do papel-moeda estava diretamente relacionada ao fluxo de recursos com o exterior: “a taxa do câmbio é regida pela relação dos créditos e débitos recíprocos entre um país e as praças estrangeiras” (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 405). Assim, a noção de que a conversibilidade da moeda estaria diretamente relacionada ao papel circulante seria um dogma. E, na realidade, a relação se daria de forma direta com as transações e fluxo de recursos com o exterior. É interessante perceber que sua crítica de alguma forma coloca o ajuste monetário dependente do mercado externo. O que de alguma forma antecipa alguns dos argumentos dos economistas brasileiros em décadas posteriores.

Assim, criticava a ideia de Murtinho de que a redução do papel-moeda em circulação produziria a alta do câmbio de conversão da moeda, valorizando-a e beneficiando a riqueza nacional. Desse modo, caracterizou como bizarra a tentativa do ministro de relacionar a valorização da moeda e a queda dos preços como um termômetro da prosperidade. Para Vieira Souto, ao contrário,

[...] a escassez de meio circulante, acarreta a redução de todas as rendas individuais e restringe as importações de mercadorias. À medida que se elevem as privações do povo, este consome menos mercadorias importadas, e o câmbio tende a subir. O câmbio é em tal caso o espelho da miséria pública. (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 425)

A queda dos preços, assim, estava relacionada à queda da atividade econômica e não à valorização da moeda. Da mesma forma, Vieira Souto julgava equivocada a ideia do ministro de que a escassez do crédito no país seria resultado da má condução dos negócios. Ao contrário, argumentava que era a falta de meio circulante o principal responsável por tal situação. Além disso, Vieira Souto condenava a aversão de Murtinho à emissão monetária, afirmando que ela poderia ser uma medida dura e difícil, mas que poderia representar uma alternativa para os governos no intuito de manter o crédito e o nível dos negócios (Vieira Souto, [1902] 1980, p. 445).

Ainda com relação ao crédito, Vieira Souto relacionava as dificuldades

do setor cafeeiro e dos gêneros de exportação em geral à baixa disponibilidade de dinheiro e crédito. Para ele, a queda dos preços internacionais entre o final do século XIX e o início do XX não estava relacionada ao excesso de produção, como argumentava Murtinho. De outro modo, afirmava que a falta de acesso ao sistema financeiro e ao crédito de forma geral dificultava as condições de competição dos produtos agrícolas, uma vez que os vendedores se achavam dependentes dos compradores internacionais, que, com isso, manejavam estoques para pressionar os preços para baixo. Assim, não bastaria reduzir a oferta, era necessário dispor recursos aos setores agrícolas para que eles tivessem condições de pressionar os preços internacionais para cima por meio da restrição da oferta. Ou seja, seria necessário dar condições de competitividade e proteger o setor de modo a forçar a manutenção ou a elevação dos preços internacionais. Essa é uma interpretação interessante e pouco usual sobre os preços agrícolas e o mercado internacional da época.

Por fim, Vieira Souto condenava a leitura que Murtinho realizava da situação econômica do país no período. Entre outros assuntos, aponta para a decadência econômica nacional e direciona seus questionamentos à ausência no relatório de uma reflexão sobre a indústria. E nesse aspecto específico aproveita para defender o protecionismo comercial como um elemento fundamental para o progresso do Brasil e para criticar a perspectiva de Murtinho sobre a indústria natural e artificial em defesa do livre comércio.

Outra obra na qual podemos considerar suas ideias sobre a questão monetária é *O papel moeda e o câmbio*, publicado depois de sua morte, em 1925. Na realidade, esse livro corresponde a uma série de artigos de 1914 no jornal *O Paiz* e em diversos outros periódicos, por conta da discussão, na Câmara dos Deputados, de um projeto de emissão monetária, e foi preparado para publicação em 1922, tendo sido publicado três anos depois. A conjuntura em que foi elaborado o texto se relaciona, portanto, ao período anterior à Primeira Guerra e as consequências econômicas que dela sofreu o país. Basicamente o texto parte de uma crítica ao parecer do deputado Antônio Carlos, relator do projeto na comissão de finanças da câmara. Nesse parecer, o deputado partia da mesma premissa de Joaquim Murtinho de que haveria uma relação direta entre o papel-moeda e variação do câmbio. Nesse trabalho, entretanto, apesar de também se tratar de uma coletânea de textos publicados em jornais, Vieira Souto procura dar uma abordagem mais teórica e didática ao assunto.

O livro se divide em sete capítulos e um apêndice. No primeiro capítulo apresenta as proposições básicas do parecer da comissão de finanças da

Câmara dos Deputados, bem como expõe as principais teorias econômicas a respeito da questão monetária. De forma sintética, estrutura os elementos centrais da teoria quantitativa da moeda e do *currency principle*, para em seguida criticá-los e argumentar os defeitos do sistema monetário inglês. Já no capítulo dois refuta a teoria quantitativa ilustrando que a moeda e sua conversibilidade sofrem influência direta do balanço de transações com o exterior. Nos capítulos três e quatro, procura ilustrar seus argumentos com exemplos históricos da constituição dos sistemas monetários de outras nações. Da mesma forma, no capítulo cinco ilustra o histórico do papel-moeda no Brasil e no capítulo seis busca construir o argumento sobre qual a quantidade de papel-moeda necessária em um país. Por último, no capítulo sete, analisa o substitutivo apresentado na comissão de finanças, bem como aprecia questões do contexto da época, relacionadas, por exemplo, ao fim da Caixa de Conversão e às possibilidades de retomada do avanço da prosperidade no Brasil. Já no apêndice, republica textos de outras obras, como a citada anteriormente, *O último relatório da Fazenda, A situação econômica*, de 1901, *A caixa de conversão*, de 1906, e *O projecto de emissão*, de 1915, além de adicionar uma conclusão em que contextualiza os acontecimentos e a situação posterior à elaboração dos textos em 1914.

Assim como no trabalho de 1902, Vieira Souto lança mão de uma série de autores e pensadores durante o livro. As citações são as mais variadas e ecléticas possíveis e os argumentos são sempre fundamentados com base em uma vasta literatura e sempre se utilizando de exemplos históricos referentes ao Brasil e a outras nações, desde a Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Alemanha e Rússia, bem como Chile, Uruguai e Argentina. Os argumentos centrais da obra são, de certa forma, os mesmos do trabalho anteriormente citado. A diferença fundamental parece estar na organização mais didática e teórica do livro e em um maior aprofundamento das questões relacionadas à teoria econômica, sobretudo no que diz respeito ao balanço de pagamentos.

O argumento central de Vieira Souto é que a emissão de papel-moeda não tem relação direta com a desvalorização da moeda ou a elevação do câmbio. Para ele, de forma sintética, a moeda está diretamente relacionada ao balanço de transações com o exterior ou o que contemporaneamente costumamos chamar de balanço de pagamentos. Assim, a circulação do papel-moeda deveria responder às necessidades de transações do país. Ou seja, não seria a elevação da circulação do papel-moeda em um ambiente de necessidade monetária para circulação e efetivação dos negócios, a responsável por

sua desvalorização. As oscilações do câmbio responderiam ao saldo de transações com o exterior. Ou seja, em sendo negativo, o país estaria perdendo recursos para o exterior, o que representaria desvalorização de sua moeda. Para ele, “o papel moeda é um mal necessário, por ser a única medida capaz de produzir na ocasião vários bens oportunos, livrando a nação, ao mesmo tempo, de males muito mais nocivos” e “a relação entre a soma que o país tem a pagar no estrangeiro e a que do estrangeiro tem a receber, é a expressão do câmbio, é o verdadeiro regulador de suas variações” (Vieira Souto, 1925, p. 31 e 22).

Com base nessa perspectiva, critica a teoria quantitativa da moeda e procura demonstrar, com base em exemplos históricos, que ela nunca teve aplicabilidade em diversos países. Retomando os argumentos da obra anteriormente citada, sustenta que a quantidade do meio circulante deveria seguir as necessidades da atividade econômica e que medidas arbitrárias de sua expansão ou redução incorreriam no risco de tornar a circulação monetária exagerada ou insuficiente. O que em ambos os casos seria prejudicial à nação, seja porque em um significaria o encarecimento do dinheiro com consequente elevação dos preços, seja porque em outro poderia significar a asfixia da circulação econômica que seria uma condição essencial para a prosperidade nacional. Dessa forma, defende o projeto de emissão monetária de 1914 por temer a paralisação da atividade econômica em crise, que segundo ele seria um resultado da má administração orçamentária, muito suscetível às pressões e interesses regionais (Vieira Souto, 1925).

No apêndice, Vieira Souto retoma várias das questões já largamente discutidas nos capítulos anteriores, levantando novos autores e exemplos históricos para corroborar seus argumentos. No trecho extraído da obra *O projecto de emissão*, de 1915, comenta um novo projeto de emissão na Câmara. Nesse momento, o país já enfrentava as consequências da Primeira Guerra Mundial e a ausência de crédito externo e de liquidez interna, que, associados ao desequilíbrio orçamentário, agravavam a crise no país. O projeto seguia em linhas gerais o do ano anterior, assim como os próprios comentários e proposições de Vieira Souto. Por fim, na conclusão escrita oito anos após o texto original, levanta alguns pontos relativos à guerra entre 1914 e 1918, citando alguns exemplos históricos, mas sem aprofundar em qualquer um dos temas.

Ao longo dos dois trabalhos, Vieira Souto reforça os seus argumentos recorrendo a uma gama de autores variados. Para reforçar sua crítica à política monetária, apoia-se em nomes como o do economista belga Émile de

Laveleye, geralmente associado a questões relativas ao bimetalismo, ou do francês Jean-Gustave Courcelle-Seneuil, que atuou como conselheiro do governo chileno, ajudando a implementar o regime de liberdade bancária no país em 1860. No campo monetário, outro autor que merece destaque é o do enciclopedista e economista italiano Gerolamo Boccardo, cujas ideias têm apreço pela abordagem da *banking school*. Suas influências monetárias, portanto, remontam o debate entre papelistas e metalistas e sua predileção pelo princípio bancário como norteador da administração da moeda pelo governo.

Ainda nas questões relativas à moeda, ampara-se no alemão Adolph Wagner e em seu estudo sobre o papel-moeda na Rússia, para sustentar as especificidades da economia brasileira e a defesa de uma política monetária mais flexível e que sofresse menos as consequências do padrão ouro. Da mesma forma, recorre a diversos exemplos históricos de outras nações para sustentar sua crítica à política de Murinho e defender uma política econômica mais compatível com as especificidades históricas brasileiras. Não surpreende, portanto, que recorra constantemente a argumentos de autores historicista, sobretudo os italianos como Angelo Messedaglia, Luigi Cossa, Fedele Lampertico e Luigi Luzzatti.

Tais influências teóricas pouco tradicionais ajudam Vieira Souto a elaborar o que para nós é o seu argumento mais original: de que os ajustes monetários dependem do mercado externo, isto é, a conversibilidade da moeda não estaria, assim, diretamente relacionada ao papel circulante, e sim às transações e fluxos de recursos com o exterior.

4. Conclusões

Procuramos mostrar e argumentar ao longo deste trabalho que durante a primeira república não havia um consenso na sociedade sobre os rumos da política econômica, uma vez que os próprios interesses sociais espelham a existência de diversos grupos sociais com aspirações particulares e específicas. O pensamento de Vieira Souto reflete bem a existência desse debate, assim como a multiplicidade de interesses envolvidos nas decisões em torno da política econômica. Além disso, procuramos demonstrar que seus argumentos a respeito da política monetária e cambial e na interpretação da realidade econômica nacional antecipam alguns dos elementos abordados pelo pensamento desenvolvimentista algumas décadas depois.

Ao analisar suas ideias sobre a moeda e o câmbio, podemos caracterizá-lo

como um papalista, por defender uma relação mais fraca entre a moeda e o seu câmbio em ouro, em decorrência das especificidades históricas da economia brasileira e da dificuldade de se seguir o padrão-ouro. Assim, buscava sustentar, também, a necessidade de incentivo ao crédito como forma de contribuir com o crescimento dos negócios e o crescimento industrial. Como papalista, poderíamos apontá-lo, também, como um precursor do desenvolvimentismo no Brasil, como discutido na terceira seção deste trabalho.

Contudo, acreditamos que é possível, ainda, argumentar que Vieira Souto antecipou alguns dos argumentos desenvolvimentistas com uma abordagem original para compreensão da realidade brasileira no final do século XIX e início do XX. A historiografia geralmente associa as ideias papelistas a uma abordagem mais prática do que teórica. Não nos parece que seja o caso de Vieira Souto, que procura dar grande sustentação teórica a seus argumentos, utilizando-se de argumentos de autoridade e referências teóricas das mais variadas.

Ao criticar o padrão-ouro e a teoria do comércio internacional baseada na especialização na produção agrícola, aponta que a grande necessidade de importações no país levava a uma tendência a se ter um câmbio constantemente desfavorável. Sendo que o seu principal argumento indica uma relação entre os ajustes monetários e o setor externo.

Sua crítica ao comércio internacional bem como à tendência à desvalorização cambial nos permite aproximar suas ideias dos autores estruturalistas e desenvolvimentistas de meados do século XX, sobretudo no que diz respeito à questão da tendência à deterioração dos termos de troca nas economias subdesenvolvidas. Já suas ideias monetárias e cambiais lembram de alguma forma a questão da tendência ao desequilíbrio externo.

Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, discute a tendência ao desequilíbrio externo da economia brasileira na passagem do século XIX para o século XX, argumentando que a transformação radical do mercado de trabalho no país com o fim da escravidão em 1888 e a adoção de trabalho assalariado nas lavouras cafeeiras alterou completamente a dinâmica do ajuste externo no período. Basicamente, essas mudanças levaram à formação de uma economia de mercado interno em que os fluxos de renda seriam maiores e completamente distintos da economia escravista exportadora. Disso resultaria uma incapacidade de adaptação às regras do padrão-ouro, bem como uma tendência ao desequilíbrio externo resultante da dinâmica do mercado interno. Afinal, um dos seus resultados foi a tendência de aumento da demanda

por moeda maior que das exportações. O efeito das flutuações e instabilidade do setor externo tendia a gerar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Assim, em situações de crise nos centros industriais, os preços dos produtos primários caíam, o que levava à redução da entrada de divisas no país. Contudo, dada a dinâmica do mercado interno, essa redução não se propagava automaticamente pela economia e as importações continuavam a crescer a despeito da redução da entrada de divisas. Assim, era necessário mobilizar grandes quantidades de reservas metálicas para cobrir tais déficits e manter o mecanismo do padrão-ouro. Na visão de Furtado, o ajuste cambial e a consequente inflação levavam à socialização das perdas, resultado de uma tendência de economias dependentes e primário-exportadoras estarem “condenadas a desequilíbrios de balança de pagamentos e à inflação monetária” (Furtado, 2009, p. 162). Esse ajuste ancorado na desvalorização cambial protegia o setor exportador enquanto gerava um ônus à sociedade muito dependente dos produtos importados, mas ao mesmo tempo significava uma proteção ao nível de renda e emprego dependentes do setor exportador.

A interpretação de Furtado sobre a tendência ao desequilíbrio externo tem como enfoque uma crítica à teoria econômica convencional, apontando dificuldade de funcionamento do padrão-ouro em economias periféricas e dependentes. Assim, argumenta que os ajustes no balanço de pagamentos seriam diferentes em economias industriais e em economias primário-exportadoras. Sendo que uma crise nos países industriais afetava a periferia ao prejudicar o setor externo, gerando a necessidade do ajuste cambial.

Ao discutir a política econômica no Brasil no final do século XIX, Furtado também questiona a capacidade dos economistas brasileiros daquele tempo de compreender a influência do balanço de pagamentos sobre a taxa de câmbio, ao afirmar que “os observadores mais esclarecidos” do Brasil à época se preocupavam apenas com as emissões monetárias e os déficits do governo.

Certamente esse não foi o caso de Vieira Souto, que em sua crítica a Murtinho de 1902, bem como em *O papel moeda e o câmbio*, sustenta a ideia de que o papel-moeda não se relacionava às oscilações do câmbio, mas sim a variações no balanço de transações com o exterior, compreendendo, talvez, o que Furtado tão bem explicaria no seu livro clássico de 1959. Portanto, não é forçoso apontá-lo como um precursor do desenvolvimentismo no Brasil.

As ideias de Vieira Souto reforçam o argumento de que o pensamento econômico brasileiro pode e deve ser tratado e abordado como forma de

contribuir para a compreensão da realidade brasileira antes de 1930 e do período desenvolvimentista.

Referências

BASTOS, H. *O pensamento industrial no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOIANOVSKY, M. Friedrich List and the economic fate of tropical countries. *History of Political Economy*, v. 45, n. 4, 2013.

CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CORRÊA, F. R. C. Rompendo com a economia política clássica no século XIX: a recepção das ideias de Henry Dunning MacLeod no Brasil. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2015, Vitória. *Anais...* 2015.

CORRÊA, M. L. Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 3, n. 2, p. 157-169, jul.-dez. 2010.

COSENTINO, D. do V. Ensino de Economia Política, protecionismo e industrialismo: influências e ideias econômicas de Vieira Souto. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2017, Niterói. *Anais...* 2017.

COSENTINO, D. do V. Joaquim Murinho – Liberalismo e ortodoxia. In: SALOMÃO, I. C. (Org.). *Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889-1985)*. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, p. 79-114, 2021.

CURI, L. F. B. *Nationalökonomie* nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945). São Paulo: USP, 2018. Tese (Doutorado em História Econômica).

FERNANDES, S. *Ouro, a relíquia bárbara: de Bretton Woods ao FMI no Rio*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1967.

FISHLOW, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 7-75, dez. 1972.

FONSECA, P. C. D. A controvérsia entre papelismo e metalismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 2008, Salvador. *Anais...* 2008.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, v. 15, n. 2(26), 2004.

FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. de L. R. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. *Nova Economia*, v. 22, n. 2, p. 203-233, maio-ago. 2012.

FRANCO, G.; LAGO, L. A. C. do. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010 – v. 3, A abertura para o mundo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Objetiva, 2012.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GAMBI, T. *O banco da ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2015.

GREMAUD, A. P. Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930). São Paulo: USP, 1997. Tese (Doutorado em Economia da Universidade de São Paulo).

HUGON, P. A economia política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de

(Org.). *As ciências no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 299-352, 1994.

LEVY, M. B. O encilhamento. In: NEUHAUS, P. (Org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, p. 191-255, 1980.

LUZ, N.V. Introdução. In: LUZ, N.V. (Org.). *As ideias econômicas de Joaquim Murtinho: textos selecionados*. Brasília, Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 21-66, 1980.

LUZ, N.V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MOLLO, M. de L. R. As controvérsias monetárias do século XIX. *Ensaio FEE*, v. 15, n. 1, p. 80-97, 1994.

PAULA, J.A. de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate.*, v. 15, n. 2(26), p. 257-282, 2004.

PELAEZ, C.M. As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 3, p. 5-82, jul./set. 1971a.

PELAEZ, C.M. Nota sobre trabalhos clássicos a respeito do desenvolvimento da ciência econômica no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 2, abr./jun., 1971b.

SAES, F. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

SÁEZ, H. E. L. *O tonel das danaiades: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 a 1866 nas principais instâncias decisórias*. São Paulo: USP, 2013. Tese (Doutorado em História Econômica da USP).

SALOMÃO, I. C. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Tese de Doutorado em Economia da UFRGS).

SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. *Nova Economia*, v. 27, n. 3, p. 421-442, 2017.

VIEIRA SOUTO, L. R. (1904). Boletim do Centro Industrial do Brasil, nova série, 1º volume, 1904-1905. In: CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Difel: Rio de Janeiro, p. 47-57, 1977.

VIEIRA SOUTO, L. R. *O papel moeda e o câmbio*. Paris: Imprimerie de Vaugirard, 1925.

VIEIRA SOUTO, L. R. O último relatório da Fazenda – 1902 In: LUZ, N. V. (Org.). *As ideias econômicas de Joaquim Murinho: textos selecionados*. Brasília, Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 341-518, 1980.

VIEIRA SOUTO, L. R.; VIANNA, P. D. *Economia Política*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.